



PORTARIA Nº 492/2016

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO.

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 84 e nos termos da alínea a do inciso II do art. 114, todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SCL nº 06/2015 do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO as indicações de Servidores nos processos administrativos nº 00873 e 000875/2016.

Resolve:

Art. 1º Nomear como fiscais dos contratos abaixo discriminados, com o prazo de vigência a partir de 07/06/2016, encerrando-se em 31/12/2016, cujo objeto é **Aquisição de Material Médico e Hospitalar**, os Servidores indicados:

SEMED: Sirlei Krause Santana Fardin – Matrícula nº 004101

SEMUS: Janimeris Arrivabene Sossae – Matrícula nº 000197

DADOS DOS CONTRATOS

CONTRATO Nº: 127/2016

Contratada: **CIRURGICA LEAL EIRELI - EPP**

Valor total do Contrato: R\$ 17.307,05 (dezessete mil, trezentos e sete reais e cinco centavos).

CONTRATO Nº 128/2016

Contratada: **DENTRAL PRIME – PROD ODONT MED HOSP EIRELI ME**

Valor Total do Contrato: R\$ 1.619,30 (hum mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e centavos).

CONTRATO Nº 129/2016

Contratada: **FENIXMED COMERCIAL LTDA**

Valor Total do Contrato: R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).



CONTRATO Nº 130/2016

Contratada: **FLAVIA GENELHU PENNA - ME**

Valor Total do Contrato: R\$ 3.350,55 (três mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).

CONTRATO Nº 131/2016

Contratada: **J. PHARMA HOSPITALAR LTDA – ME**

Valor Total do Contrato: R\$ 42.302,02 (quarenta e dois mil, trezentos e dois reais e dois centavos).

CONTRATO Nº 132/2016

Contratada: **REDALMUS COMERCIAL LTDA ME**

Valor Total do Contrato: R\$ 1.140,84 (hum mil, cento e quarenta reais e oitenta quatro centavos).

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e na Instrução Normativa SCL nº 06/2015, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;



IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itarana/ES, 10 de junho de 2016.

ADEMAR SCHNEIDER
Prefeito do Município de Itarana

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Sirlei K. Santana Fardin

Janimeris Arrivabene Sossae